

Crique aqui: um signo mestiço

Maria Inês Pagliarini **COX**
Universidade Federal do Mato Grosso

Palavras-chave: rotacismo, contato lingüístico, secretismo lingüístico

RESUMO: Neste estudo, reflito primeiramente sobre o fenômeno do rotacismo na história da língua portuguesa do ponto de vista lingüístico panacrônico. Em seguida, a partir de um episódio em que o rotacismo se imprime num signo do inglês, procuro discutir a suposta crença de que o movimento de expansão da língua global significa uma sentença de morte para as línguas locais.

ABSTRACT: In this study, I first reflect about the phenomenon of rhotacism in the history of the Portuguese language, from the panchronic linguistic point of view. Next, from an episode in which the rhotacism imprints itself on an English sign, I try to discuss the assumed belief that the spread of the global language signifies a death sentence for the local languages.

Resumen: En este estudio, reflexiono primeramente sobre el fenómeno del rotacismo en la historia de la lengua portuguesa desde el punto de vista lingüístico panacrónico. En segundo lugar, a partir de un episodio en el que el rotacismo se imprime en un signo del inglés, busco discutir la supuesta creencia de que el movimiento de expansión de la lengua global significa una sentencia de muerte para las lenguas locales.

Para o Mouri, que está me ensinando a aventura de
viajar pela história de minha língua materna.

Tudo começou com um episódio pitoresco ocorrido durante o ano letivo de 2001. Estava discutindo com meus alunos de graduação, nas aulas de lingüística, a teoria variacionista de Labov. Um dos exemplos que havia mencionado para ilustrar a ação de

fatores lingüísticos e extra-lingüísticos no tocante ao fenômeno da variação era o caso do rotacismo no português brasileiro, particularmente no falar cuiabano. Afinal, a insidiosa presença do rotacismo no falar cuiabano é tal que chama a atenção até mesmo dos ouvidos estrangeiros já habituados a ele em outras plagas (ou praias?).

Por ocasião dessas aulas, uma de minhas alunas encontrou, num banheiro público, uma folha de papel sulfite dobrada em quatro partes. Movida pela curiosidade natural de toda mulher, desdobrou a folha e se deparou com o seguinte texto:

“Window Explorer

Para passar os arquivos do disquete no computador *D cricar*

Disquete (irá aparecer os arquivos)

Para passá-los para o Meu Documento *cricar* nos arquivos e jogar na pasta de Meus Documentos (todas as pastas)

Para colocar os arquivos na lixeira *cricar* nos arquivos e apertar em delete aparecerá uma tela (sim)

Para restaurar os arquivos, selecionar os arquivos e ir no arquivo (restaurar)

Disquete

Arquivo

Novo(pasta) escrever um novo nome (curso) enter

Cricar em (curso do lado Todas as pastas. embaixo de Disquete. enter e depois dar 2 *criques*)

Cricar em cursos (arquivo – novo – pasta) escreve o nome – enter *D 2 criques* (cursos)

Para formar uma pasta no Word *cricar* em Word – arquivo – novo – pasta escrever o nome enter (2 *cr*” (transcrição na íntegra do texto anônimo encontrado em banheiro público)

Por uma feliz obra do acaso, um aprendiz anônimo de computação havia esquecido no banheiro as notas de suas primeiras

lições e minha aluna, com as aulas de sociolinguística ainda quentes na memória, foi perspicaz o bastante para perceber os rastros do fenômeno do rotacismo deixados no manuscrito por esse transeunte qualquer, provavelmente um cuiabano, que havia passado por ali momentos antes.

Esse episódio, em que se presencia a insígnia de um dialeto maculando, por assim dizer, o inglês, me fez pensar a respeito das relações de força que presidem as fricções entre as línguas locais e suposta língua global na contemporaneidade. Mais precisamente, me fez refletir sobre a proposição recente pelo congresso de medidas legais visando salvaguardar o espaço do idioma nacional ante a invasão do inglês. Porém, antes de entrar no mérito dessa polêmica de natureza política, abordo o fenômeno do rotacismo pelo viés da fonologia, da lingüística histórica e da sociolinguística.

1. Neste trabalho, chamo de rotacismo a troca da consoante lateral [l] pela vibrante simples [r]. É um fenômeno fonético-fonológico que ocorre, sincronicamente, em contextos lingüísticos variados: 1) nos encontros consonantais tautossilábicos /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/ e /fl/, realizando-se como tepe [r]; 2) na posição de travamento de sílaba, realizando-se como retroflexa [ɻ] e 3) na posição inicial de sílaba, seguida imediatamente de vogal, na interlíngua de falantes estrangeiros cuja língua materna não contenha /l/ em seu sistema fonológico, a exemplo de japoneses aprendendo português, que dizem /¹marɐ/ e /¹ratɐ/, ao invés de /¹malɐ/ e /¹latɐ/. Restrinjo-me, aqui, a examinar apenas o primeiro caso, já que cada um deles se comporta de modo diverso tanto em termos de condicionantes lingüísticos quanto não-lingüísticos e lidar com essa diversidade de fatores no espaço de umas poucas páginas poderia comprometer a densidade do estudo.

¹ Os primeiros documentos do português datam do século XIII.

Fenômeno de largo espectro nas variedades de português faladas na atualidade, é também um processo fonológico que acompanhou toda a história da língua na Península Ibérica e para além dela, em sua expansão por outras terras. Textos escritos atestam a sua presença na língua portuguesa desde a mais tenra idade.¹ Maia (1986), pesquisando textos do galego-português², do século XIII ao século XVI, detectou, durante todo esse período, a ação copiosa do rotacismo, indiciado através do uso freqüente, no registro escrito, da letra <r> em lugar de <l>. Enumera muitos casos, extraídos de documentos da época, de palavras que apresentavam <r> no radical ao invés do <l> latino, a exemplo de: *preito* (1278), *prazo* (1278), *obrigamos* (1329), *pubrico* (1315), *dobro* (1351), *obrigaçõ* (1474) (MAIA, 1986, p. 619 e 620). Ao longo do processo de construção da escrita do português, a maioria dessas palavras foi gramatizada com <r>, porém, para umas poucas, instituiu-se a grafia com <l>, provavelmente mediante uma argumentação que se apoiava na legitimidade da etimologia para se decidir qual das formas concorrentes deveria ser fixada como sendo a correta – a forma popular com <r> no radical ou a forma culta latinizante com <l> no radical?

Não fosse a tendência etimológica que recorria à forma latina, à língua-mãe, para resolver as vacilações entre <l> e <r> no vernáculo português, provavelmente não conhecêssemos encontros consonantais como /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/ e /fl/. Antes que a escrita fosse presidida pelo desejo de unificação, de postulação de uma convenção única, os autores vacilavam, erravam pela língua, ao registrar tais encontros, escrevendo-os ora com <l>, ora com <r>. E isso não era considerado um erro. Entretanto, à medida que as convenções ortográficas foram instituídas, passaram a figurar

² O galego-português, vigente no período compreendido entre o século XIII e meados do século XIV, grosso modo, pode ser visto como a fase arcaica da língua portuguesa, estendendo-se até o século XVI (com a publicação de “Os Lusíadas” de Camões), quando se inicia o período moderno.

como leis. A partir de então, dizer/escrever “público” é uma infração à lei.

Bagno (1997, p.41) serve-se da autoridade de Camões, que é visto como o maior artesão da língua portuguesa, para mostrar que, diferentemente do que pensam muitos leigos e também muitos doutos em assuntos gramaticais, o rotacismo não é uma pronúncia cacoépica exclusiva de brasileiros caipiras, analfabetos ou semi-alfabetizados. O autor extrai de “Os Lusíadas” inúmeros casos de troca entre <l> e <r>, como em: *franta, frecha, ingrês, pranta, pruma, pubrica*.

Numa edição semi-diplomática do documento original do Tratado de Tordesillas, datado de 1494, constata-se que o uso de “pubrico” era comum até mesmo no registro escrito oficial e formal da língua portuguesa:

Manifesto e notorio seja a todos quanto este pubrico stornmento virem como / na uilla de Tordesillas a sete dias do mês de junho, anno do Nascimento de nosso / Senhor Ihesu Christo de mil e quatrocentos nouenta e quatro annos, em presença de nos os secre/tarios scripuaães e notairos pubricos adiante escriptos ... (EMBAJADA DE ESPAÑA, 1994, p. 50)

Atualmente, o rotacismo ainda é um processo fonológico ativo em variedades lingüísticas faladas na Península Ibérica. Ferreiro (1996), em sua Gramática Histórica Galega³, observa que o rotacismo da líquida é freqüente em grupos consonantais com <l>, citando, entre outros exemplos, este: *clamare > clamar > pop. cramar*. Segundo o autor, a forma popularizada ou semi-culta dos grupos consonânticos foi incorporada à modalidade literária do galego nos períodos em que o discurso separatista imperava:

³ O galego é considerado um dialeto do espanhol como o basco e o catalão. Porém, a população que fala o galego tem lutado para conferir-lhe o estatuto de uma língua autônoma e oficial.

Na língua popular, é frecuente o tratamento semiculto (com rotatización da líquida) de numerosos cultismos en que aparecen estes grupos consonánticos com l: CLAMARE>clamar>pop.cramar, etc. Com relativa frecuencia, estas popularizacións de grupos cultos foron incorporados á lingua literaria en períodos en que actuaba com forza o diferencialismo (desde finais do século XIX a mediados do século XX). (FERREIRO, 1996, p. 145)⁴

Ferreiro observa que o rotacismo é um fenômeno de ampla ação no galego moderno, atingindo os grupos consonantais com <l> em quaisquer contextos lingüísticos.

Enfim, o rotacismo é um dos fenômenos que, na constituição das línguas românicas, atuou diferenciando o português, e também o galego, de línguas como o francês e o espanhol, como se pode constatar através do seguinte quadro proposto por Bagno (1997, p. 40):

LATIM	FRANCÊS	ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
ecclesia-	Église	Iglesia	igreja
Blasiu-	Blaise	Blas	Brás
plaga-	Plage	Playa	praia
esclavu-	Esclave	Esclavo	escravo
fluxu-	Flou	Flojo	frouxo

Como já se apontou, é um processo cujo ação se estende para além do período de formação do português, na Europa. Acompanha, ativo, a expansão e a diversificação da língua

⁴ Vale observar que se trata de uma gramática do galego escrita em galego.

portuguesa pelo mundo. Na África, está presente, por exemplo, no Crioulo de Cabo Verde. Costa e Duarte (1967, p. 247) afirmam que o <l> apresenta-se como <r> em toda a província, ilustrando com a palavra *ingrez*. No Brasil, é um traço que caracteriza o português falado por pessoas de regiões interioranas, sobretudo aquelas cujo florescimento esteja ligado à entrada da Bandeiras Paulistas. É uma das marcas registradas do que se convencionou chamar de dialeto caipira. Inúmeros estudos têm revelado a existência dessa variedade país afora. Dentre eles dois são clássicos, o de Amaral (1920) sobre o dialeto caipira falado na região de Piracicaba, a pátria das Bandeiras Paulistas, e o de Marroquim (1931) sobre aquele do nordeste. Contemporaneamente, essa variedade vem sendo estudada por pesquisadores de diferentes universidades (USP, UFMG, UFG, UFMT), que integram o Projeto Filologia Bandeirante, cujo objetivo é coletar, descrever e analisar traços lingüísticos peculiares às comunidades de fala que nasceram e se constituíram nas trilhas das Bandeiras Paulistas. A pesquisa parte da hipótese de que a leitura transversal das variedades lingüísticas encontradas nessas comunidades pode fornecer pistas sobre o português falado no século XVIII. Haveria, nessas comunidades, traços de português europeu antigo bem preservados, colaborando, paradoxalmente, para a feição atual das variedades de português brasileiro.

A história de Mato Grosso, narram as produções historiográficas, começa a contar a partir do momento, início do século XVIII, em que a região é alcançada pelas Bandeiras Paulistas. Os bandeirantes vieram prear índios, mas acabaram descobrindo ouro nas barrancas do Coxipó. Essa descoberta levou-os a se fixar na região, contrariando o seu habitual nomadismo. Santiago-Almeida (2000, p. 27), citando Melo (1971), afirma que os bandeirantes teriam se encarregado de disseminar o dialeto formado no planalto piratiningano pelos sertões de Minas, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do

Sul e, através do São Francisco, até pelo Nordeste. Esse dialeto constituiria o núcleo comum das variedades lingüísticas faladas pelas populações interioranas hoje.

Dentre os muitos traços de português antigo interiorizados pelos bandeirantes figura, certamente numa constelação de maior grandeza, o rotacismo. No português brasileiro, está, de um modo geral, associado com ruralidade, baixo grau de escolaridade e letramento, oralidade e informalidade, fatores sociolingüísticos que fazem dele um traço altamente estigmatizado entre os falantes cultos. Porém, diferentemente do que acontece em outras partes do Brasil, em Mato Grosso, mais precisamente na Baixada Cuiabana, o rotacismo é um fenômeno peculiar também a falantes urbanos bem escolarizados e alfabetizados, em situações formais de interação. Nem mesmo a invasão de Cuiabá por imigrantes que não apresentam a variante rotacizada e, além disso, a discriminam, representou uma significativa ameaça à potencialidade do fenômeno nesta comunidade lingüística, cuja força se pode comprovar através de usos de linguagem como aquele presente no episódio com que abri este trabalho, um uso indubitavelmente associado a falante urbano, bem escolarizado, alfabetizado e em situação de escrita.

Sobre o rotacismo, em vista do estigma que pesa sobre ele, circulam no cenário acadêmico algumas anedotas. Conta-se que um professor de inglês teria entabulado com uma aluna o seguinte diálogo – *Aluna: Inglês é demais de difícil! / Professor: Muda pro Francês.* Nesse diálogo, a ironia do professor tem o poder de desnaturalizar a troca do [J] pelo [R], rebaixando-a à condição de uma forma a ser evitada, corrigida, superada. Não é apenas a linguagem que é desqualificada, mas também a pessoa. Não menos lembrado é o caso de um membro do cerimonial da UFMT, que, nas solenidades de formatura, convocava o *digníssimo pró-reitor do planejamento para compor a mesa* e, ao ler a lista dos formandos, interpelava a *Creusa, a Creide, a Crândia, o Crovis* etc.

Escutam-se também casos dramáticos, envolvendo o processo de desnaturalização do rotacismo e sua maculação como

um comportamento lingüístico defeituoso e indesejável. Uma vez, uma aluna me contou que estava fazendo tratamento com fonoaudiólogo, por imposição de seu chefe. Era telefonista e, por isso, tinha de falar direito. Perguntei-lhe qual era seu problema de fala e ela me disse que não conseguia pronunciar palavras como “claro”, “problema”, “plano”, enfim, trocava o [l] pelo [R] nos encontros consonantais. Quer dizer, essa falante nativa de dialeto cuiabano vivia a dolorosa experiência de ter um hábito fonético de sua língua materna, onde não há encontros consonantais com [l], desqualificado a ponto de ser considerado como algo patológico.

A hipótese de o rotacismo ter sido trazido para a região da Baixada Cuiabana pelos bandeirantes é provável, se se considerar que eles vinham da região de Piracicaba, berço do dialeto caipira, e que o caminho usado por eles era principalmente o fluvial. Contudo, a sua persistência e intensidade no falar cuiabano estão, certamente, ligadas à difícil e escassa comunicação da região com outras partes do país ao menos até o século XIX, à falta de escolas e, conseqüentemente, ao baixíssimo grau de letramento da população e à inexistência da imprensa, entre outros fatores. O rotacismo não teria encontrado barreiras para florescer numa cultura predominantemente oral, a salvo da pecha de forma inculta ou de erro que poderia macular-lhe a inocência e alçá-lo à condição de um comportamento lingüístico indesejável a ser evitado ou corrigido. Ainda hoje, entre vasta parcela da população da Baixada, é um fenômeno em plena atividade. Santiago-Almeida (2000, p. 173), em pesquisa realizada entre falantes com mais de 50 anos, com baixo grau de escolaridade, e com uma história de vida genealógica, cultural e lingüisticamente ligada à Baixada, constatou que a variante rotacizada ocorre em 100% dos casos de encontros consonantais encontrados no corpus de registro oral. Quer dizer, na gramática internalizada de falantes com esse perfil parece não haver encontros consonantais com a lateral /l/, apesar de toda a mudança que se operou no cenário lingüístico da região nos últimos

30 anos. Revisitado o rotacismo na história de formação e dialeção do português, retomo, pois, o episódio transcrito no início deste estudo.

2. Esse episódio pareceu-me especialmente apropriado para ser lido, na perspectiva de Canevacci (1996), como um fenômeno de sincretismo ou hibridação cultural entre o inglês – a língua global –, o português – a língua nacional – e o cuiabanês – a língua local. Fez-me lembrar e pensar na suposta crença de que a integridade e a soberania do português estariam sendo ameaçadas pela invasão do inglês. Essa crença, razão de muita polêmica, ancora-se na visão, primeiro, de que a mudança resultante do contato entre duas línguas é unilateral e aculturadora e, segundo, de que a pureza e a eugenia lingüística são melhores do que a mestiçagem e a miscegenação. A aculturação é pensada como a expansão vencedora da língua hegemônica que se irradia eletronicamente (não mais militarmente), num mundo de comunicação sem fronteiras, do centro para a(s) periferia(s), provocando um lingüistício e ameaçando, por conseqüência, a identidade daqueles que se esquecem de sua língua materna.

Não é outra a visão que move deputados como Aldo Rebelo e Jussara Cony a propor projetos de leis, Projeto de Lei nº 1676/1999 e Projeto de Lei nº 65/2000 respectivamente, que pretendem regular o uso de estrangeirismos, leia-se anglicismos, no espaço público, uma prática *considerada lesiva ao patrimônio cultural brasileiro*. Argumentam que o povo brasileiro precisa de um instrumento legal para defender sua língua, cuja descaracterização e perda de identidade é iminente, a julgar pela voracidade com que os anglicismos são absorvidos na comunicação cotidiana. Segundo os deputados, o uso desenfreado de tais termos pode comprometer a comunicação do homem comum, principalmente do homem do campo, *não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano*. O uso de estrangeirismos será considerado uma prática *abusiva, enganosa e danosa*.

Não ocorre aos deputados pensar que se os cidadãos comuns, trabalhadores braçais do campo ou da cidade, têm dificuldade para entender palavras como *printar, clicar, deletar*, por exemplo, é menos porque desconhecem termos como *print, clic e delete* do inglês do que pelo fato de não terem acesso aos bens culturais e materiais que são desigualmente repartidos nas sociedades organizadas segundo o modo de produção capitalista. É de se perguntar se o cidadão que não entende o termo *printar*, entende o termo correspondente português *imprimir*? Um sem número de palavras portuguesas (com certeza!) soam bem estrangeiras aos ouvidos do brasileiro comum com uma história de escolaridade e letramento de segunda classe. Essa não é também uma prática abusiva, enganosa e danosa? Como assinala Bagno (2000, p. 58), a compreensão ou não de uma palavra não está vinculada à sua origem ou à sua etimologia, mas sim ao universo de referência a que ela remete. É o universo de referência de quem *printa* e de quem não *printa* é não só diferente, mas também desigual.

Também é necessário lembrar que os empréstimos vocabulares não afetam a gramática, a estrutura da língua, apenas expandem o seu léxico. E o léxico de qualquer língua é altamente heterogêneo quanto à origem das palavras que o compõem. A história das relações sócio-econômico-culturais de um povo inscreve-se no léxico de sua língua. O léxico do português atual não estaria inundado de anglicismos não fosse a relação de dependência que o Brasil, à semelhança de outros países periféricos na economia global, mantém com os Estados Unidos. Não me parece, pois, razoável pensar em reserva de mercado para o idioma nacional, quando se abrem as portas para a internacionalização da economia. Anti-imperialismo? Lingüístico somente? Por que essa diferença de ponto de vista em relação ao patrimônio cultural e ao material? É estranho que perturbadora seja a presença de termos estrangeiros, como *formatar, printar, estartar, deletar e clicar*, no suposto genuíno léxico do português e não a dependência tecnológica em vastos setores da economia.

No espírito da cruzada lingüística anti-imperialista, poder-se-ia pensar no aportuguesamento de uma forma como *to clic* mediante o processo de tradução, um processo que afeta a camada mais superficial da língua. Ao invés de *clique* o “*mause*” (*clic* o *mouse*), poderíamos ser obrigados, por força da lei, a dizer: *aperte o rato, dê um toque rápido no rato*. Porém, seria um aportuguesamento artificial, com uma enorme probabilidade de não vingar, muito diferente daquele que realiza involuntária e inconscientemente o nosso brasileiro sem nome, aqui representando os milhões de falantes nativos de português com suas notas locais.

Quando esse brasileiro qualquer diz *cricar*, ele realiza um aportuguesamento que afeta o que há de mais essencial e produtivo na gramática do português:

1. Enquadra o verbo *to clic* na primeira conjugação (*cricar*), a única conjugação atualmente produtiva no português.
2. Forma, com o lexema *clic*, um substantivo (*crique*), que se flexiona em número de acordo com estrutura morfológica do português (*crique* / *criques*).
3. Realiza o processo de concordância nominal de acordo com as normas do português escrito culto (a marca de plural se repete redundantemente em todos os termos do SN – 2 *criques*) e não de acordo com as normas do português coloquial (a marca de plural se restringe ao primeiro termo do SN – 2 *crique*), evidenciando a capacidade de alternar variedades de fala em função do contexto.
4. Reestrutura a sílaba de acordo com a forma canônica do português. No português, não se trava sílaba com consoantes oclusivas. Assim, o monossílabo *clic* é transformado no dissílabo *crique*, com a introdução de uma vogal neutra /e/ após a consoante /k/.

5. Reescreve o termo segundo as convenções ortográficas do português, usando o grafema <c> antes de <a> (cricar) e o grafema <qu> antes de <c> (criques).
6. Rotaciza o /l/ do encontro consonantal, agregando à sua identidade de brasileiro, falante de português, aquela de cuiabano de “chapa e cruz”.

Esse episódio mostra que o vernáculo corrói os empréstimos, subjugando-os às suas leis, leis do uso e não de papel. Afinal, “o aportuguesamento de uma palavra ou expressão não se faz por decreto” (BAGNO, 2000, p. 36). Cricar é, pois, um signo mestiço, fruto de múltiplos entrecruzamentos. Nele coexistem o passado e o presente, o estrangeiro e o nativo, o global e o local, o outro e o mesmo. Em cricar se agita o sentido do sincretismo. E, como afirma Canevacci (1996, p. 21-25), “[...] o sincretismo é glocal. É um território marcado pelas travessias entre correntes opostas e freqüentemente mescladas, com diversas temperaturas, salinidades, cores e sabores”. A palavra glocal, resultante da mistura entre global e local, foi cunhada para captar a complexidade dos processos atuais de mutação cultural como algo que não pode ser reduzido à homologação globalizante. “O sincretismo é o resultado de um contato intercultural e interlingüístico, por isso é ubíquo, pidgin, crioulo: é um contágio, um vírus”. Com Vazantkumar, o autor vê o processo de globalização não como “simplesmente aquele em que as culturas indígenas são modernizadas, mas também aquele em que a modernidade se indigeniza”. (CANEVACCI, 1996)

Nada menos apropriado para lidar com os processos interculturais e interlingüísticos desencadeados no cenário da globalização do que fazê-lo a partir de um ponto de vista purista e conservador, interpretando a relação entre a cultura e a língua do centro com as culturas e línguas das periferias como uma sentença de morte para as últimas. À maneira de Canevacci, não se

pode subestimar o potencial mutante das línguas locais, aqui metonimicamente representadas pelo falar cuiabano. No fluxo do vernáculo, um fluxo antropofágico, as palavras estrangeiras são devoradas, remastigadas, absorvidas e vomitadas não como palavras castiças, mas palavras mestiças.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Amadeu. *O Dialeto caipira*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.
- BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- COSTA, Joaquim Vieira Botelho da; DUARTE, Custódio José. O Crioulo de Cabo Verde. In: MORAIS-BARBOSA, J. *Crioulos*. Lisboa: Academia Internacional Portuguesa, 1967. p. 235-328.
- CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- EMBAJADA DE ESPAÑA. *Consejería de Educación (1914-1994). V Centenario do Tratado de Tordesilhas*. Madrid: 1994. p.50.
- FERREIRO, Manuel. *Gramática histórica galega*. Santiago: Edicións Laiovento, 1996.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- MARROQUIM, Mário. *A Língua do nordeste*. São Paulo: Ed. Nacional, 1931.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII)*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univesidade de São Paulo, São Paulo, 2000.